

MPE e entidades médicas inspecionam HGJAF

Foram feitas melhorias estruturais, mas permanecem os mesmos problemas, como falta de medicamentos e profissionais



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS**

Correio de Sergipe • Aracaju
quinta-feira • 20 de março de 2014

Mércia Oliva

Possivelmente na próxima terça-feira, dia 25, será agendada uma reunião de urgência para tratar de assuntos específicos do Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF), já denunciados pelo Conselho Regional de Medicina (CRM),

Conselho Regional de Enfermagem (Coren) e Sindicato dos Médicos de Sergipe (Sindimed) em relação a Unidade de Terapia Intensiva (UTI), onde faltam medicamentos, insumos, entre outros. Na ocasião será emitido novos relatórios da visita feita pelo **Ministério Público**, através da Promotoria da Saúde e os órgãos envolvidos.

Ainda de acordo com a pro-

motora de Justiça, **Euza Missano**, no dia de hoje será comunicado ao juiz o descumprimento da liminar e solicitar para que num prazo de 48 horas seja corrigido tudo o que já foi detectado no livro de ocorrências sob pena de responder por descumprimento da ordem judicial.

Representantes do CRM, do Sindimed e do Coren acompanharam a promotora **Euza Missano** no final da tarde de

ontem na visita às novas instalações da Unidade de Terapia Intensiva (UTI), da Enfermaria da Ala 200 e também nova Ala do Laboratório do Hospital Governador João Alves Filho.

De acordo com a promotora de Justiça, **Euza Missano**, foi constatado que houve melhoria na parte estrutural, porém permanecem os mesmos problemas já denunciados ao Ministério Público,

como a falta de medicamentos, em especial antibióticos, insumos; falta de equipamentos, outros quebrados, e problema com o pessoal.

• ACP

Segundo a promotora de Justiça, há equipamentos sem funcionar, a exemplo do gasômetro na UTI; no laboratório ainda continua faltando reagente para exame de hemocultura; exame que

serve para detectar qual a bactéria e o antibiótico que deve ser utilizado. "Isto já foi denunciado pelos infectologistas e foi matéria de uma Ação Civil Pública impetrada no ano passado, com risco de proliferação de bactéria resistente", disse a promotora, frisando que a reforma foi bem feita com adaptações, mas persistem os mesmos problemas com pessoal, material e insumos.